

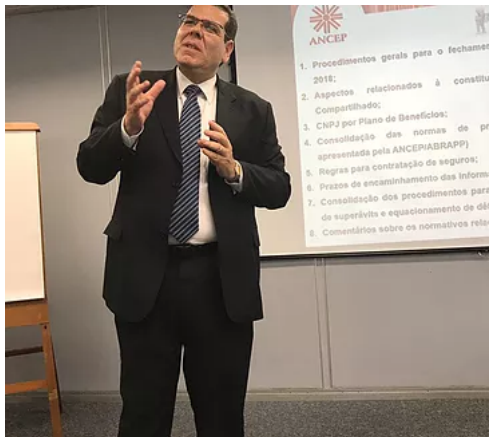
DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
6 de fevereiro- 8h30

CONTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR VAI GANHAR UM MANUAL EM 2020



"Será um marco em primeiro lugar para os contabilistas de nosso sistema, mas também conselheiros interessados na contabilidade como ferramenta de apoio às decisões, auditores e profissionais voltados para a governança". A opinião é do conselheiro da ANCEP e secretário do Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Contabilidade da ABRAPP, Geraldo de Assis Souza Júnior (foto) e ele se refere a um manual cuja chegada, provavelmente ao final do primeiro semestre de 2020, vai fazer muita diferença.

Geraldo se refere a uma publicação que, na falta de um nome definitivo, ainda está sendo chamada de "Manual de Contabilidade Aplicada às Entidades Fechadas de Previdência Complementar". Atualmente não existe nada que se compare. O que existe de mais próximo deve-se a uma iniciativa da Universidade de São Paulo (USP), mas se trata de um trabalho agora desatualizado.

A produção do Manual caberá ao Colégio secretariado por Geraldo, que designará uma comissão para realizar a tarefa, e os trabalhos terão início tão logo seja assinado contrato envolvendo a ABRAPP, ANCEP e FUCAPE, esta última uma renomada instituição de ensino à qual caberá a fase de revisão.

A previsão é que o novo Manual esteja pronto para lançamento no 13º CONANCEP e 41º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, ambos em 2020.

Eventos de fevereiro e março: os desafios de 2019 vistos sob todos os ângulos

Motivos não faltam para atrair o interesse dos ancepianos para as apresentações que vão ocorrer, a partir da próxima segunda-feira, dia 11, em Porto Alegre, durante os meses de fevereiro e março do seminário **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**, série de eventos que serão promovidos pela ANCEP e Mercer em cinco capitais. O que garante antecipadamente essa condição de sucesso de público é a evidente necessidade que os nossos profissionais sentem de saber mais sobre as muitas novas normas surgidas especialmente no final do ano passado e que pedem, de um lado, uma análise mais aprofundada e, de outro, serem traduzidas através de exemplos práticos que ajudem no seu entendimento. "Vamos ver tudo isso de perto, vivido no dia a dia", resume Antonio Fernando Gazzoni, diretor da Mercer.

Lente de aumento - A Resolução CMN 4661, que trata dos investimentos, é uma dessas normas que pedem para serem vistas com essa lente de aumento. Explica Gazzoni que, nesse caso, a ideia é usar o evento para um aprofundamento que ajude a esclarecer em especial os vários aspectos táticos e operacionais que a resolução envolve. "Vamos mergulhar fundo nos detalhes das ações que as entidades precisarão realizar, especialmente no que diz respeito aos controles", observa Gazzoni, ao mesmo tempo em que reforça a intenção de "tratar disso no dia a dia".

O mesmo vai acontecer em relação às novas normas de solvência (Resolução 30), que além de consolidar normativos anteriores trouxe novidades. Entre o que há de novo Gazzoni cita o financiamento vitalício, sendo que o evento será uma oportunidade de

passar orientações quanto as formas de calcular e apontar aquelas situações onde tal forma de financiar apresenta mais vantagens que desvantagens e vice-versa. "Vamos trabalhar com muitos exemplos", acrescenta.

Mesmo a Resolução do CGPAR, do final do ano passado, mesmo estando direcionada para as patrocinadoras ainda assim é fácil prever que terá reflexos sobre as entidades. E não apenas sobre aquelas patrocinadas por estatais federais, mas também as que se encontram na mesma situação nos Estados e municípios. O assunto requer atenção redobrada especialmente em função do número de estados obrigados a renegociar as suas dívidas com a União e em vias de serem levados a privatizar as suas estatais.

Assegurar a sustentabilidade - O seminário vai ajudar também a melhor contextualizar o CNPJ por plano e a avançar no sempre oportuno debate acerca dos variados caminhos que precisam ser trilhados para garantir a sustentabilidade das entidades, começando por tornar o seu PGA sustentável.

Estão definidas as cidades e datas em que serão feitas em fevereiro e março próximos as apresentações do seminário Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência, uma promoção conjunta da ANCEP e da Mercer.

O seminário será apresentado em **Porto Alegre** (11 de fevereiro), **Recife** (15 de fevereiro), **Brasília** (19 de fevereiro), **Rio de Janeiro** (12 de março) e **São Paulo** (13 de março).

Seguradoras e lideranças sindicais combatem o surgimento de novos super fundos de pensão no Reino Unido

Novos tipos de fundos de pensão, chamados de "superfundos", estão nascendo no Reino Unido. Vão reunir vários tipos de fundos com o objetivo de geri-los, segundo se alega, de forma mais barata e eficiente do que é feito hoje.. Atualmente, a única maneira pela qual as empresas patrocinadoras podem livrar-se de planos de benefício definido custosos e indesejados é passá-los para uma seguradora, mas esta é uma opção cara, diz notícia do **FINANCIAL TIMES** reproduzida pelo **VALOR ECONÔMICO**.

Mas os novos fundos causam polêmica com as empresas de seguros - que enfrentam uma nova forma de concorrência - e os sindicatos alertando para o risco de que os superfundos possam deixar os participantes dos planos com menos proteção do que têm hoje. Em resposta à consulta que o governo está fazendo, a Autoridade de Regulamentação Prudencial - que supervisiona as seguradoras, mas não regularia os superfundos - sugeriu que o regime dos superfundos deveria refletir de várias formas as regras rigorosas aplicadas às empresas de seguros. "Pode haver consequências indesejáveis se os dois tipos de negócios forem regulamentados de forma diferente", afirmou.

Os superfundos só deveriam ser utilizados como uma "ponte" para permitir aos planos alcançar o estágio em que as empresas tenham condições de fechar um acordo com uma seguradora, argumentou a agência das seguradoras. As novas regras deveriam "proibir efetivamente a transferência para um consolidador de planos [de benefício definido] quando um acordo for viável". A agência também propôs que, nos casos em que os planos passem para um superfundos, "limites na extração de lucros devem ser estabelecidos", de forma que investidores externos não possam retirar seu dinheiro até que o plano alcance uma aquisição.

Sindicatos que representam milhões de trabalhadores levantaram preocupações sobre o envolvimento de fundos hedge e private equity com a criação dos novos superfundos. "Não gostamos da ideia de um plano de previdência ser gerido para obter lucros", argumentou o Trades Union Congress.

Funcef: patrocinadora não vai assumir novos custos

O Ministério da Economia e a SEST, noticia o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**, se manifestaram contrários à proposta da Funcef de incorporação do plano de benefícios REB ao Novo Plano, sob a alegação de que não é propício que a patrocinadora assuma custos adicionais com contribuições previdenciárias, concluindo que, "do ponto de vista de conveniência e oportunidade, o processo não encontra respaldo para o aumento de custo apresentado".

Segundo a Funcef, o Ministério admite realizar novo exame do pleito no futuro. "A Funcef, com o objetivo de atender aos anseios dos participantes, dará prosseguimento às tratativas com a Caixa, para avaliação de alternativas que busquem o atendimento do pedido dos participantes do REB na Caixa", informa a entidade, em nota.